



# O Corpo Nacional de Escutas e a **Proteção Civil**



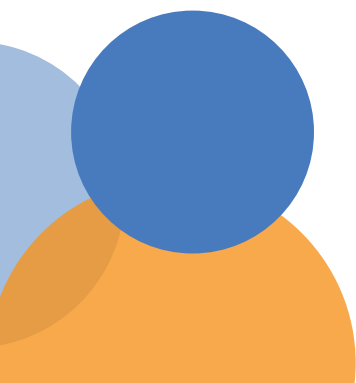
Secretaria Nacional  
para o Ambiente e Prevenção



Departamento Nacional de  
Protecção Civil e Segurança



# **O Corpo Nacional de Escutas e a Proteção Civil**



## FICHA TÉCNICA

**Título:** O Corpo Nacional de Escutas e a Proteção Civil

**Autores:** CNE-Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança /  
Autoridade Nacional de Protecção Civil

**Revisão:** Secretaria Nacional para o Ambiente e Prevenção-Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança

**Grafismo e Capa:** António Laranjeira

**Impressão:** LST

**Depósito Legal:** XXXXXXXXXXXX

**ISBN:** 978-972-740-174-1

**Edição do:**



**Corpo Nacional de Escutas**  
Escutismo Católico Português

**Ano:** 2012

**Apoio de:**



**Agradecimento:**



## MENSAGENS



**Arnaldo Cruz**

Presidente da Autoridade  
Nacional da Proteção Civil

**D**urante a última década, cerca de 4700 catástrofes naturais provocaram aproximadamente um milhão de mortos, afetaram a vida a 1880 milhões de pessoas, com prejuízos na ordem dos 708 mil milhões de euros. Ano após ano, estas catástrofes atingem numerosas comunidades, devido a fatores distintos como a imparável concentração populacional em mega-aglomerados urbanos, a degradação do ambiente ou a evolução das alterações climáticas com os efeitos que já todos conhecemos.

Face a este quadro de problemas e desafios que se colocam às sociedades modernas, os objetivos e a missão da proteção civil assumem-se cada vez mais atuais e passam pela consolidação de um sistema de proteção e socorro integrado, com elevado grau de prontidão e capacidade de resposta técnica e operacional, e simultaneamente inclusivo, ou seja, aberto à sociedade – comunidades



e cidadãos - num processo de convergência de saberes, competências, meios e recursos, pautado pela intervenção e cooperação de todos, visando a segurança coletiva.

Este é um desafio quotidiano para as organizações que têm como vocação a formação e preparação dos nossos jovens, como o Movimento Escutista Português. Envolver as crianças e jovens, ensinar o que fazer e o que evitar perante situações de emergência, estimular uma cultura de participação e reforçar a ideia-força de que a segurança coletiva é uma missão a que ninguém deve estar alheio, é certamente uma forma inteligente de investir nas mulheres e homens de amanhã.



**Carlos Alberto Pereira**  
Chefe Nacional do  
Corpo Nacional de Escutas

O *Escutismo para rapazes*, livro fundador deste movimento, tem como subtítulo *Manual de educação cívica pela vida ao ar livre*. Com esta especificação Baden-Powell quis marcar, de forma indelével, a missão do Escutismo: a formação do cidadão, “sempre alerta para servir” e em harmonia com a natureza. Desta forma, para além das diversas referências que hoje enquadraríamos na área da Proteção Civil, o fundador coloca a ação educativa escutista no âmago da verdadeira problemática da Proteção Civil, tal como a encaramos hoje.

Em primeiro lugar, de forma preventiva, isto é, conhecendo o meio ambiente por forma a não o contrariar, tendo consciência das suas necessidades e das consequências da violação destas. É o agir antes, é o processo educativo, ao nível do conhecimento, da construção da consciência ecológico-ambientalista e de uma vivência enquanto decisores, para

quem o conceito de bem comum é algo que condiciona positivamente as suas decisões.

Em segundo lugar, de forma “curativa” ou interventiva, isto é, preparar jovens com disponibilidade de ação para, em articulação com outros cidadãos e instituições, ajudar os outros e para minorar o seu sofrimento quando atingidos por uma qualquer catástrofe ou calamidade.

Esta publicação vem ajudar-nos a melhor compreender o conceito dinâmico e atual da Proteção Civil, das suas diversas formas de agir e de interagir e dizer-nos que, também nós escuteiros, temos um espaço e um papel a desempenhar neste sistema de cooperação. Por isso, regozijo-me e saúdo a sua aparição pois será mais um instrumento para ajudarmos as crianças e os jovens a formarem-se como cidadãos conscientes e solidários para quem, nos momentos difíceis, ajudar caritativamente os outros quererá sempre dizer “ajudar com amor”.



## 1. INTRODUÇÃO

### Propósito

A presente publicação visa dar a conhecer ao universo dos dirigentes do Corpo Nacional de Escutas, de uma forma simples, o papel e organização da proteção civil em Portugal e de como o Corpo Nacional de Escutas nela se integra e internamente se organiza.

### Escutismo

A proteção civil desde sempre esteve presente no espírito, na formação e na atuação do Escutismo. Aliás, é de elementar justiça aqui recordar que diversas passagens do *Escutismo para Rapazes* são dedicadas – sem a nomear, porque a designação é mais recente – à proteção civil e ao papel que os Escuteiros neste campo podem e devem desempenhar, e como se devem preparar para tal.

*[...] Os desastres são constantes, e os Escuteiros terão sempre ocasião de prestar os primeiros socorros. Temos sempre em grande conta todo aquele que, com risco da própria vida, salva a de outrem. É herói. [...]*

*[...] Lembrai-vos da vossa divisa: «Sempre Pronto» ou «Alerta». Preparai-vos para os desastres, aprendendo o que se deve fazer em cada um dos que se poderão dar. E estai prontos para proceder, logo que o desastre se dê. Vou explicar-vos o que se deve fazer nas diversas espécies de desastres, mas é preciso que vos exerciteis o mais possível a fazer o que vos ensino. Mas o que para vós, Escuteiros, mais importa ter bem presente é que, estejais onde estiverdes e façais o que fizerdes, deveis pensar para convosco: «Que desastre se poderia dar aqui?» e «Que devo fazer, se ele se der?» [...]*

*[...] Procedei ousadamente, com os olhos no objetivo que pretendeis atingir, e não olheis à vossa própria segurança. Os rapazes supõem que são demasiado jovens e pequenos para desempenharem, num salvamento, outro papel que não seja o de simples auxiliares. Mas isto é um grande erro. [...]*

*[...] Se derdes por um incêndio numa casa deveis:*

- 1 - Avisar os moradores.
- 2º - Prevenir a polícia mais próxima, ou a estação dos bombeiros.
- 3 - Incitar os vizinhos a que tragam escadas, colchões, tapetes, para receberem as pessoas que saltarem.

*Depois da chegada dos bombeiros, o melhor que os rapazes têm a fazer é auxiliar a polícia a conter o povo para que não estorve os bombeiros. [...]*

*[...] Declarando-se um incêndio na vizinhança, os Escuteiros devem formar as patrulhas o mais depressa possível e partir a passo de escuteiro, guiados pelo clarão ou pelo fumo. O guia deve apresentar-se à polícia, ou aos bombeiros, e oferecer os serviços da patrulha, quer para conter a multidão, formando barreira, quer para levar recados, guardar os salvados ou prestar qualquer outro serviço. [...]*

## Corpo Nacional de Escutas

O Corpo Nacional de Escutas há muito que desempenha um papel ativo no Sistema Nacional de Proteção Civil. Um papel consciente – em face das suas especificidades, potencialidades e limitações – da respetiva missão, atribuições e posicionamento.

Contudo, não obstante o seu papel em situações operacionais ou em eventuais calamidades, o papel mais importante que o Corpo Nacional de Escutas pode desempenhar – e fá-lo quase quotidianamente – é o de estímulo ao desenvolvimento de uma cultura de segurança, onde os riscos são acautelados, de um abnegado espírito de serviço.

## Ano Europeu do Voluntariado

O Ano Europeu do Voluntariado, celebrado em 2011, lançou o mote que desencadeou esta publicação, pois a proteção civil, sendo um campo de atuação do Escutismo, é também um espaço de desenvolvimento do seu espírito de voluntariado e de educação para o voluntariado.



## 2. PROTEÇÃO CIVIL

### Conceito

O que é a Proteção Civil?

*Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorrem.*

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, artigo 1.º

### Evolução

Terramotos, tsunamis, acidentes com matérias perigosas, cheias ou grandes incêndios florestais são apenas alguns exemplos de fenómenos a que assistimos nos últimos tempos (de forma mais ou menos direta) e que se caracterizam pelos elevados impactos que podem produzir no tecido social e económico de uma região, país ou conjunto de países, obrigando a uma maior exigência em termos de uma resposta articulada e coordenada, em que todos os elementos da sociedade deverão saber como agir, minimizando as consequências.

O impacto destes fenómenos coloca, igualmente, a descoberto as grandes vulnerabilidades das sociedades urbanas e ditas mais desenvolvidas e organizadas, nomeadamente no que concerne aos problemas de gestão e ordenamento do território, que não têm conseguido evitar os grandes aglomerados urbanos, altamente expostos a diversos tipos de risco, na sua dupla dimensão: naturais e tecnológicos.

Assim, os novos conceitos de proteção civil e segurança interna vão no sentido de promover a articulação permanente entre os vários atores, na planificação, organização e implementação operacional, apelando em simultâneo ao envolvimento permanente dos cidadãos.

De facto, para além da preocupação em termos de cooperação entre os chamados agentes de proteção civil e entidades com responsabilidades diretas no Sistema Nacional de Proteção Civil, há um trabalho que se pretende reforçado com os cidadãos, promovendo uma cultura de responsabilidade individual e de proatividade face a situações de risco.

Uma análise das razões subjacentes aos milhares de vítimas registadas em algumas catástrofes recentes evidencia que aquelas resultam também, mas não exclusivamente, de uma cultura, nomeadamente de ensino, que não fomenta a responsabilidade individual e a capacidade de reação dos seus cidadãos.



A educação para a proteção civil assume, assim, extrema importância, devendo guiar-se pelos seguintes objetivos:

Sensibilizar e preparar os indivíduos para a possibilidade de ocorrência de acidentes naturais e tecnológicos, em resultado dos quais poderão ser vítimas diretas ou indiretas.

Informar sobre as causas desses acidentes e sobre as potenciais perdas humanas e materiais.

Informar sobre as medidas mais adequadas para que as potenciais perdas humanas e materiais possam ser evitadas ou minimizadas.

## Propósitos

Na amplitude da sua ação, da prevenção à intervenção, a proteção civil engloba os seguintes aspetos:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos.
- Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco.
- Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades.
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações.
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional.
- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais.
- Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.





«Inventariação dos recursos e meios disponíveis  
e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local,  
regional e nacional.»

### 3. PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

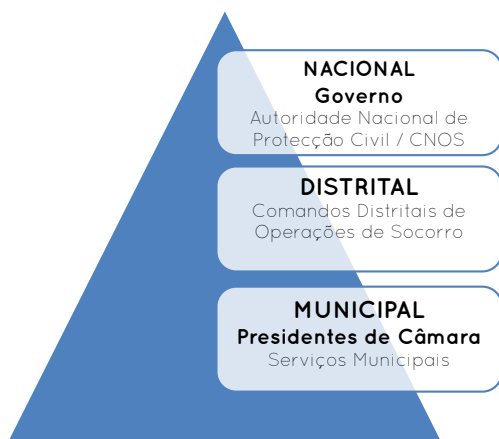
#### Organização

Em Portugal, a proteção civil encontra-se sob tutela política do Governo, sendo o Primeiro-Ministro o elemento de topo da respetiva cadeia hierárquica.

A condução da política da proteção civil é da competência do Governo, que, no respetivo programa, deve inscrever as principais orientações a adaptar ou a propor naquele domínio. Assim, o Primeiro-Ministro é responsável pela direção da política de proteção civil.

Em termos de gestão corrente, é o Ministério da Administração Interna o serviço governamental que agrega as competências específicas de proteção civil.

Em termos territoriais, a estrutura do sistema de proteção civil organiza-se a nível nacional, distrital e municipal.



A nível nacional, cabe à Autoridade Nacional de Protecção Civil, através do Comando Nacional de Operações de Socorro, a missão de planear, coordenar e executar a política nacional de protecção civil, designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro de populações e de superintendência da atividade dos bombeiros.<sup>1</sup>

A nível distrital, as competências são geridas, do ponto de vista operacional, pelas estruturas descentralizadas da Autoridade Nacional de Protecção Civil, os Comandos Distritais de Operações de Socorro.

A nível municipal, são os municípios, através dos Serviços Municipais de Protecção Civil, que têm a competência da protecção e segurança dos seus cidadãos em matéria de protecção civil, sendo os presidentes de câmara que assumem a responsabilidade política.

Compete ao presidente da câmara municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política de protecção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de protecção de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

## Intervenientes

A protecção civil, enquanto dispositivo de resposta a ocorrências, tem a rapidez e eficácia de resposta como fator de sucesso, pelo que o fator proximidade (sempre aliado a um maior conhecimento da realidade no terreno) constitui um elemento chave na respetiva organização.

Assim, vigora o princípio da subsidiariedade, pelo qual o subsistema de protecção civil de nível superior só deve intervir se e na medida em que os objetivos da protecção civil não possam ser alcançados pelo subsistema de protecção civil imediatamente inferior, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências.

Constituem agentes de protecção civil:

- os corpos de bombeiros.
- as forças de segurança.
- as Forças Armadas.
- as autoridades marítima e aeronáutica.
- o INEM e demais serviços de saúde.
- os sapadores florestais.

A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os demais agentes e em harmonia com o seu estatuto próprio, funções de protecção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Em complementaridade, impende especial dever de cooperação com os agentes de protecção civil sobre as seguintes entidades:

<sup>1</sup> Estas funções, designadamente as referentes à direção de grande parte das operações de protecção e socorro e o comando em teatro de operações, foram anteriormente exercidas pelo Serviço Nacional de Protecção Civil, primeiro, e pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, depois.

- associações humanitárias de bombeiros voluntários.
- serviços de segurança.
- Instituto Nacional de Medicina Legal.
- instituições de segurança social.
- instituições com fins de socorro e de solidariedade.
- organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente.
- serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.

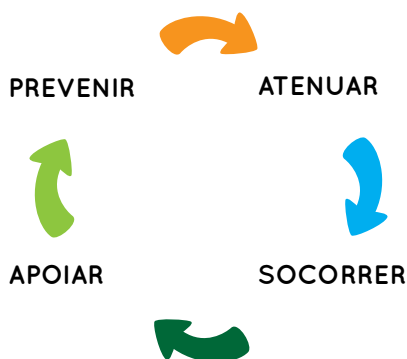
As ações de proteção civil integram, obrigatoriamente, agentes e serviços que advêm de organismos do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e de organizações não governamentais, entre outras, onde se inclui o Corpo Nacional de Escutas, uma vez solicitada a sua colaboração. Este sistema define-se como um conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional e visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, constituído pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, é desenvolvido com base em estruturas de coordenação, os centros de coordenação operacional, de âmbito nacional e distrital, onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves e catástrofes e estruturas de comando operacional que, no âmbito das competências atribuídas à Autoridade Nacional de Protecção Civil, agem perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio. O carácter peculiar deste sistema resulta do facto de se tratar de um instrumento global



e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro cuja execução compete a entidades diversas e não organicamente integradas na Autoridade Nacional de Protecção Civil, mas que dependem, para efeitos operacionais, do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

Sendo objetivos de todo o sistema trabalhar num ciclo contínuo e exigente de prevenção, mitigação, socorro e reposição da normalidade, e que procura integrar continuamente o que se aprende numa situação de emergência, ajustando continuamente as estratégias e procedimentos de atuação, na certeza porém, de que a próxima situação de emergência será sempre diferente da anterior...



## Legislação

Constitui legislação estruturante do Sistema Nacional de Proteção Civil a seguinte:

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho



Lei de Bases da Proteção Civil

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro



Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto



Lei de Segurança Interna

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho



Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)

## 4. PROTEÇÃO CIVIL E VOLUNTARIADO

### Cidadania Ativa

Praticar uma cidadania ativa é uma questão de postura perante a vida e os outros, com base numa leitura e apreensão dos nossos direitos e também dos nossos deveres enquanto cidadãos, evitando partir do princípio de que há responsabilidades que são unicamente de outros. Na situação particular dos desastres naturais, por exemplo, podemos todos desempenhar um papel ativo no esforço para a redução desses desastres.

A um nível ainda mais amplo e no campo dos compromissos internacionais, a Declaração de Quioto (UNISDR, 2005) sublinha a prioridade de ação para a redução dos desastres naturais no período de 2005/2015, que inclui o uso do conhecimento, informação e educação na construção de uma cultura de segurança e resiliência dos cidadãos.

Sendo a defesa perante os riscos naturais uma atribuição muito relevante do Estado, pelo impacto que gera na ordem social e económica vigente, pertencendo à mesma classe de responsabilidades como a defesa militar e a defesa perante as mais diversas ameaças, toda a política de organização destas áreas será melhor sucedida se incluir e motivar o cidadão nessa participação e nessa responsabilidade.

Complementar a atividade do Estado com as atividades de voluntariado, no desenvolvimento e implementação das políticas de proteção civil, permitirá um ganho de eficácia e de eficiência na prossecução dos seus fins.

### Enquadramento

Em Portugal, o voluntariado está amplamente presente no âmbito da proteção civil, designada e especialmente através dos corpos de bombeiros das associações humanitárias. Voluntariado que, face aos ele-

vados riscos a que se encontra abnegadamente exposto e às elevadas responsabilidades que assume na comunidade, se encontra devidamente enquadrado em termos de acesso, formação e exercício.

Contudo, outras formas de voluntariado podem ocorrer em termos de proteção civil, sobretudo em áreas de sensibilização, prevenção e formação, ou de suporte de retaguarda em casos de ocorrências.

## Promoção

A Autoridade Nacional de Proteção Civil, para a promoção do voluntariado e incentivo à participação das populações no voluntariado e todas as formas de auxílio na missão das associações humanitárias de bombeiros e dos corpos de bombeiros, conta na sua orgânica, desde novembro de 2010, com um Gabinete de Voluntariado de Proteção Civil, o qual tem por objetivo promover o desenvolvimento de uma rede de voluntariado, competindo-lhe designadamente:

- Desenvolver ações com vista à promoção do voluntariado de proteção civil.
- Criar e manter atualizada uma rede de voluntariado de proteção civil.
- Propor o estabelecimento de protocolos com organizações profissionais, e outras.
- Promover ações com vista a uma adequada capacitação do voluntário de proteção civil.



## 5. O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS E A PROTEÇÃO CIVIL

### Enquadramento

O Corpo Nacional de Escutas é uma associação de educação não-formal, cuja finalidade é a educação integral de crianças e jovens de ambos os géneros, com base em voluntariado adulto, em conformidade com as finalidades, princípios e métodos concebidos pelo fundador do Escutismo – Robert Baden-Powell – e vigentes na Organização Mundial do Movimento Escutista, e à luz do Evangelho de Jesus Cristo, segundo a doutrina da Igreja Católica, que professa, assume e difunde.

Neste quadro, o Corpo Nacional de Escutas, enquanto movimento defensor dos valores humanos e defensor de uma inserção comunitária ativa pelo exercício, em termos de voluntariado, de responsabilidades cívicas, assume, junto do Sistema Nacional de Proteção Civil, um papel de significativa cooperação.

Deste posicionamento, e das qualidades e características intrínsecas do movimento e da respetiva estrutura e organização internas, decorre o estatuto atribuído ao Corpo Nacional de Escutas, em diversas diretivas do Sistema Nacional de Proteção Civil, de entidade colaborativa ou de segunda linha.

O papel do Corpo Nacional de Escutas, não sendo agente de proteção civil, concentra-se, conforme mencionado, nas ações de segunda linha ou de apoio de retaguarda. No entanto, mais do que fazer parte de diretivas nacionais que contemplam um papel específico em casos de catástrofe ou de calamidade, o Corpo Nacional de Escutas, sendo uma associação com quase 60 000 crianças e jovens, tem ainda como missão de grande relevância a divulgação de informação e a formação dos seus associados, através de oportunidades educativas concretas, em



diversos conceitos integrantes da proteção civil e segurança, no sentido da promoção de uma cultura de cidadania e segurança cada vez mais presente.

Educar crianças e jovens para a proteção civil é promover a chamada cultura de segurança naqueles que melhor podem potenciar esses conhecimentos. Cumpre assim, no âmbito da missão educativa:

- Alertar para os principais riscos a que se está sujeito e quais as principais medidas de prevenção que permitam evitar esses riscos (o que se começa a trabalhar no âmbito da preparação, concretização e avaliação das atividades).
- Sensibilizar para a necessidade de se intervir no ordenamento do território, atenuando, reduzindo ou mesmo eliminando determinadas vulnerabilidades (o que se começa a trabalhar na organização de campo).
- Participar, quando necessário e solicitado, na resposta à emergência, nomeadamente na componente de assistência e apoio a populações afetadas (o que se começa a trabalhar em termos de preparação pessoal e de espírito de serviço).



## Atribuições

De acordo com as diretivas nacionais, oriundas da Autoridade Nacional de Protecção Civil, a missão do Corpo Nacional de Escutas no Sistema Nacional de Protecção Civil, na medida das suas possibilidades, é:

- Prestar apoio com meios humanos e materiais, para o cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência.
- Colaborar no aviso às populações.
- Apoiar as ações de pesquisa de desaparecidos.
- Apoiar a gestão de campos de deslocados.

Para além dos pontos contemplados nas diretivas anteriormente referidas, o Corpo Nacional de Escutas ainda tem como dever de colaboração:

- Divulgar e sensibilizar, tanto ao nível interno como externo, as normas e as formas de ação em diferentes circunstâncias, assim como das correctas medidas de prevenção de modo a minimizar as diversas situações de acidente ou ocorrência.
- Desenvolver ao nível interno diversas iniciativas de formação que permitam o enriquecer do conhecimento dos nossos jovens e adultos para o desenvolvimento das diversas atividades escutistas em segurança.
- Desenvolver conteúdos programáticos sobre a área da proteção e segurança, ao nível das ações de formação para dirigentes, no âmbito do sistema de formação para adultos.
- Criar e desenvolver competências/especialidades para os nossos jovens, no sentido de serem alcançadas, durante o seu percurso educativo nas secções.



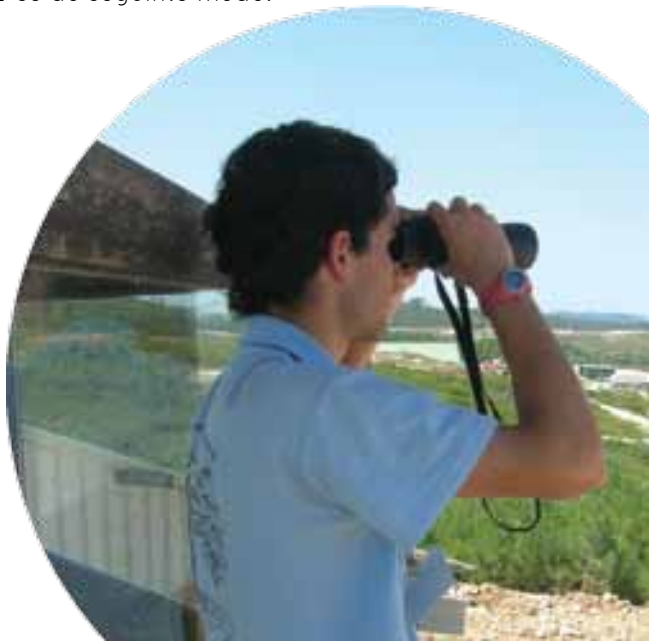
« O Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança intervém e atua, no âmbito das diretivas, nos domínios de apoio logístico, assistência sanitária e social.»

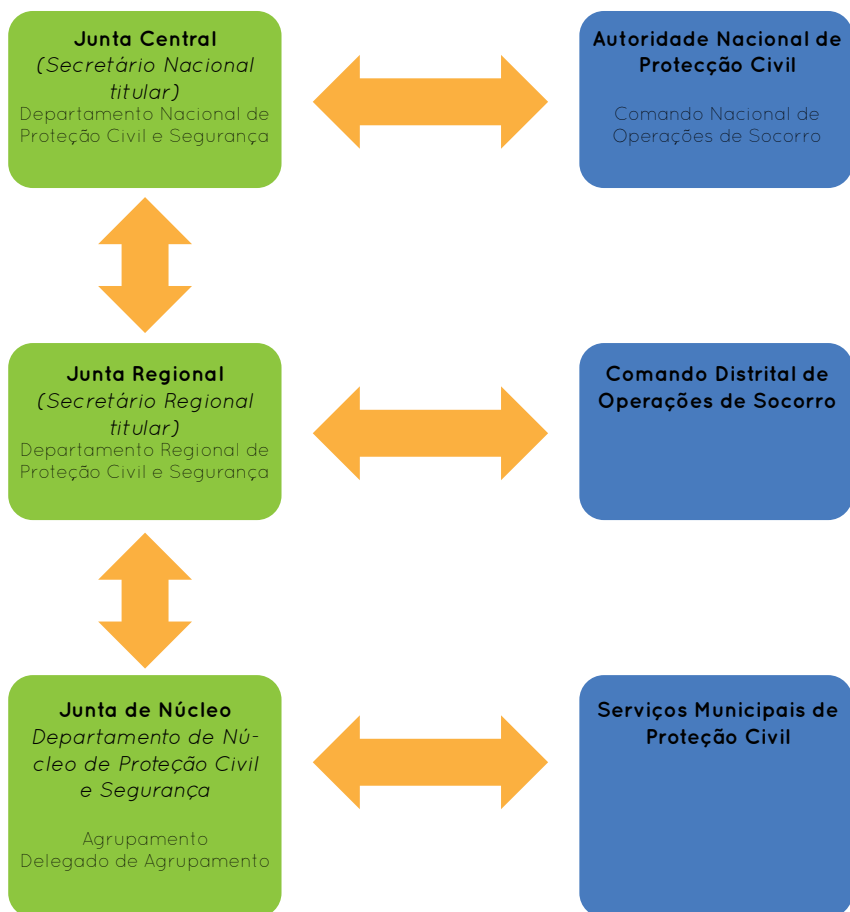
## 6. ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PROTEÇÃO CIVIL NO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

### Organização

No sentido de conferir pragmatismo e eficácia à participação do Corpo Nacional de Escutas no Sistema Nacional de Proteção Civil, o relacionamento daquele com as diversas entidades que constituem este último exerce-se, subsidiariamente, nos níveis em que uma e outra instituição se encontram organizados.

Assim, atendendo ao nível e patamar de ação de cada órgão interno do Corpo Nacional de Escutas, o respetivo relacionamento com o Sistema Nacional de Proteção Civil faz-se do seguinte modo:





## Relações Bilaterais

Constituem o principal móbil do relacionamento bilateral do Corpo Nacional de Escutas com as diversas entidades do Sistema Nacional de Proteção Civil os seguintes:

**Secretaria Nacional para o Ambiente e Prevenção-Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança**

**Autoridade Nacional de Protecção Civil /  
Comando Nacional de Operações de Socorro**

- Disponibilização recíproca de contactos atualizados entre ambas as partes para efeitos de assegurar a excelência na relação institucional.

- O Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança intervêm e atua, no âmbito das diretivas, nos domínios de apoio logístico, assistência sanitária e social, de acordo com as suas próprias disponibilidades, só atuando após convocação pela Autoridade Nacional de Protecção Civil ou pelo Comando Nacional de Operações de Socorro.
- Dinamização das relações institucionais de modo a proporcionar o melhor desenvolvimento da divulgação de informação e formação sobre temáticas relacionadas com a proteção civil junto do Corpo Nacional de Escutas.

## **Departamento Regional de Proteção Civil e Segurança**

### **Comando Distrital de Operações de Socorro**

- Disponibilização recíproca de contactos atualizados entre ambas as partes para efeitos relação institucional.
- Os Departamentos Regionais de Proteção Civil e Segurança intervêm e atuam, no âmbito das diretivas, nos domínios de apoio logístico, assistência sanitária e social, de acordo com as suas próprias disponibilidades, só atuando após convocação do respetivo Comando Distrital de Operações de Socorro ou sob orientação do Departamento Nacional de Proteção Civil e Segurança, quando as mesmas são de carácter nacional.
- Dinamização das relações institucionais de modo a proporcionar o melhor desenvolvimento da divulgação de informação e formação sobre temáticas relacionadas com a proteção civil junto da região, promovendo-se diversas iniciativas de carácter prático e teórico.

## **Departamento de Núcleo de Proteção Civil e Segurança / Agrupamento**

### **Serviços Municipais de Proteção Civil**

- Disponibilização recíproca de contactos atualizados entre ambas as partes para efeitos relação institucional.
- Os Departamentos de Núcleo de Proteção Civil e Segurança / Agrupamentos intervêm e atuam, no âmbito das diretivas, nos domínios de apoio logístico, assistência sanitária e social, de acordo com as suas próprias disponibilidades, só atuando após convocação do respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil ou sob orientação do respetivo Departamento Regional de Proteção Civil e Segurança, quando as mesmas são de carácter regional ou nacional.

- Dinamização das relações institucionais de modo a proporcionar o melhor desenvolvimento da divulgação de informação e formação sobre temáticas relacionadas com a proteção civil junto da localidade, promovendo-se diversas iniciativas de carácter prático e teórico.

Ao nível interno do Corpo Nacional de Escutas deverão ser nomeados, nas diversas estruturas, delegados para a área da proteção civil, recomendando-se a criação e manutenção de departamentos para o efeito, desde o nível nacional até ao nível do núcleo; na ausência de departamentos, assumem-se como delegados para a área da Proteção Civil e Segurança os respetivos chefes regionais ou de núcleo.

Em matéria de responsabilidade, os chefes de “Executivo” (Chefe Nacional, chefes regionais, chefes de núcleo e chefes de agrupamento), não obstante eventuais delegações de funções em departamentos, são sempre os responsáveis perante as entidades externas no âmbito do Sistema Nacional de Proteção Civil.

## Delegados e Departamentos

O papel dos delegados e dos Departamentos de Proteção Civil é o seguinte:

- Promover a divulgação de informação sobre as diversas temáticas de proteção civil.
- Promover ações de formação sobre temáticas relacionadas sobre proteção civil e segurança em atividades.
- Criar e manter uma base de contactos internos de Escuteiros disponíveis para mobilização e atuação em caso de solicitação (recomenda-se inserir apenas Pioneiros, Caminheiros e Dirigentes a mobilizar em caso ativação de Planos de Emergência, de acordo com o estipulado nas diretivas).
- Garantir que a generalidade das atividades escutistas decorre de acordo com as recomendações existentes sobre segurança em atividades.
- Promover a elaboração de planos de segurança para as principais atividades dos níveis em que se inserem.

**ANEXO**  
**Jogo da Glória da Proteção Civil**





## Para jogar

Material necessário:

- 1 peão para cada jogador e 1 dado.

Descrição do jogo:

- Cada participante deve lançar o dado para decidir quem joga primeiro. O jogador que obtiver o maior número inicia o jogo.
- Cada jogador deve, na sua vez, lançar o dado e percorrer o número de casas correspondente. De cada vez que calhar numa casa em que o número esteja preenchido a verde ou vermelho deve consultar a lista de desafios.
- O primeiro jogador a passar a ultima casa vence o jogo.

## Lista de desafios

**3**

Muito bem! Limpaste o chão molhado para ninguém escorregar.

**Avança para a casa 9.**

**6**

Nunca mexer em aparelhos elétricos com as mãos molhadas. Podes apanhar um choque.

**Ficas uma vez sem jogar.**

**8**

O leite, quando está a aquecer, requer muita atenção. Pode ferver, apagar o lume e o gás continuar a sair.

**Ficas uma vez sem jogar.**

**10**

Muito bem. Os elevadores não devem ser utilizados por meninos sozinhos. Deves utilizar as escadas.

**Avança para a casa 19.**

**13**

Muito bem. Os semáforos são para respeitar. O verde é para avançar.

**Podes voltar a jogar.**

15

Muito bem! Sempre que estiveres na rua e a trovejar, procura abrigar-te numa casa com para-raios.

**Podes avançar para a casa 17.**

16

Muito perigoso! Nunca te aproximes de um poste elétrico quando estiver a trovejar.

**Recua para a casa 9.**

18

Temos de ser solidários com todos, principalmente com os mais incapacitados.

**Avança para a casa 25.**

22

Para outra pessoa não escorregar na casca de banana, coloca-a no caixote do lixo.

**Avança para a casa 26.**

25

«Os elevadores devem ser utilizados em caso de incêndio?», pergunta o Salvador. «Não», respondes tu.

**Joga outra vez.**

28

Muito bem, as feridas tem de ser desinfetadas.

**Avança para a casa 33.**

29

Nem pensar! Antes de voltares a jogar à bola, tens de ir à enfermaria para cuidares do joelho.

**Recua para a casa 22.**

32

Muito bem! Na cabine mais próxima, ligas 112 ou 117. são chamadas gratuitas, não precisas de meter moedas.

**Avança para a casa 37.**

**35**

Os botões do elevador não são para brincar.

**Recua para a casa 27.**

**39**

A frigideira está a arder! Adverte a tua mãe para não apagar com água, mas sim com um cobertor ou um pano grosso velho.

**Joga novamente.**

**40**

Decides mexer no armário da casa de banho e experimentar os comprimidos coloridos. Não são chocolates! Ficas doente no hospital.

**Recua para a casa 21.**

**42**

O teu quarto esta cheio de brinquedos espalhados no chão! Alguém pode tropeçar e cair. Muito bem, decides arrumá-los.

**Avança para a casa 44 e joga novamente.**

**43**

Nunca deves introduzir objetos nas fichas elétricas. Podes apanhar um choque. **Recua para a casa 36.**



